

ENQUADRAMENTO DO TAITI NO CONTEXTO URBANO DA PRAIA

Existe na sociedade praiense um sentimento comum de que Taiti deve ser preservado como um parque verde natural que é. As razões desse sentir provêm da sua importância ambiental e histórica no contexto urbano da cidade da Praia assim como no desejo dos praienses em humanizar a sua urbe natal. Sendo esta cidade parte de uma região sub-sariana, despida de vegetação, a sua importância no equilíbrio ambiental é crítica. Pela sua história, pelo seu valor ambiental, pela sua centralidade, dimensão e confrontação, Taiti deve ser visto como um elemento fulcral no quadro geral do desenvolvimento urbano da cidade da Praia.

Perante os caboverdianos e praienses em particular, cujo desenvolvimento da sua cidade capital se encontra seriamente comprometido, do que resta, e perante a passividade das autoridades competentes, o desafio é o seguinte:

- Defender um desenvolvimento urbano em base racional de ocupação do solo, de qualidade de espaços, de protecção ambiental, e de defesa dos lugares públicos e potencialmente públicos

Ou

Deixar que certos compromissos das autoridades sem conhecimento público, que interesses míopes de vendedores de terreno urbano, e falta de visão dos centros do poder se associem e venham condenar a capital do país.

Se a tendência de ocupação irracional do solo urbano e suas consequências não forem vigorosamente invertidas em curto prazo, será urgente pensar-se na construção de uma nova cidade e em moldes muito diferentes para servir de capital do país. Se alguém pensar que essas palavras são uma dramatização das condições existentes que veja a Praia do monte Eugénio Lima, monte Babosa e Achadinha Pires. A expansão da cidade em certas preferias está fora de qualquer controle organizado e o centro da cidade, área já consolidada, encontra-se sob uma forte pressão de ocupação, e nem as áreas verdes naturais se a escapam. Lembramos aqui que as cidades como tudo, são um corpo vivo e por isso nascem, crescem e se não se adaptarem racionalmente, morrem. Exemplos existem em toda a parte, inclusivamente em Cabo Verde. A história é temporal e espacial.

Os egípcios da antiguidade, agradeciam a divindade o facto de lhes serem doados um país com um oásis no meio de um deserto, irrigado por um rio generosíssimo. Proporcionalmente, os praienses não foram menos afortunados. O centro histórico da cidade é um Plateau, que se tornou em acrópoles, ladeado por dois oásis vibrantes, as várzeas de Taiti e Praia Negra, uma baía ladeada de uma praia de mar, um panorama invejoso, numa variedade estética de

volumes, cheiros e cores protegida pelos extensos planaltos de Achada de Santo António e de Achada Grande, que se erguem como guardiães naturais dessa pujante obra da natureza.

Os nossos antepassados e as autoridades coloniais de então, apesar duma vivência num contexto sócio-económico de poucos recursos, reconheceram a importância ambiental e estética da várzea do Taiti, no século XIX, infraestruturaram-na e a adoptaram-na como o Jardim Botânico da Cidade da Praia.

Cinco anos após a independência nacional, o parque do Taiti foi escolhido como sítio para um projecto público de carácter cultural e recreativo, sob o nome do Parque 5 de Julho; e três anos mais tarde, após um debate institucional e técnico exemplar, parte do seu espaço foi indicado como o sítio do memorial Amílcar Cabral, para comemorar a vida e obra do pai da independência de Cabo Verde.

As nações pós-coloniais têm uma pesada tarefa de representação para exprimir a identidade nacional que afirma simultaneamente a independência e a modernidade. Essa necessidade de afirmação, levou a maioria desses países a se servirem de arquitectura, do urbanismo e da arte em geral, para atingir esses objectivos. A construção da cidade de Brasília é o caso mais espectacular e a melhor estudada de todas essas representações.

Em Cabo Verde, não houve sofisticação similar e oportunidades soberanas foram sistematicamente perdidas por falta de visão e sobretudo de concertação institucional que necessariamente deveria incluir pelo menos as classes dos arquitectos, dos urbanistas e dos ambientalistas.

Os monumentos são inquestionavelmente reconhecidos como lugares públicos de história os mais visitados das estruturas físicas apesar da chamada de atenção do historiador francês Pierre Nora, quem argumenta 'que os lugares de memória fazem-nos menos vigilantes e podem levar-nos ao esquecimento e complacência do que se pretende eternizar.

As nações como Anderson, Bhabha, Sommer e outros nos recordam, são construídas e interligadas por meios imaginativos narrativos e simbólicosⁱⁱ.

O memorial Amílcar Cabral na várzea do Taiti é um poderoso símbolo da nação caboverdiana de luta e da vitória contra o colonialismo português. Quando se decidiu para construção do memorial em vez de uma simples estátua, pretendeu-se criar um espaço patriótico, de honra e amor, um ambiente nacional de meditação, um espaço público num jardim botânico. Como espaço de memória, é notório que a sua edificação realizada até o momento é incompleta e precisa ser finalizada para que possa responder às intenções dos respectivos termos de referência. Essa situação acabou por acontecer pela não inclusão dos quadros técnicos que

geraram as ideias fundamentais desse projecto. Muito naturalmente, áreas envolventes adicionais serão necessárias para complementar esse memorial.

Bedidict Anderson, diz que as nações modernas são comunidades imaginadas. Para que possam ser, com certeza, precisam ser representadas. Para ele o que distingue a nação de muitas outras comunidades imaginadas está precisamente na forma da transformação da fatalidade em continuidade, e de contingência em significado.

Paul Ricoeur's, formulou da seguinte forma o problema crucial que confronta as nações que recentemente saem do sub-desenvolvimento: para se entrar na via da modernização será que é necessário abandonar o velho passado cultural que tem sido «raison d'être» da nação? Por outro lado, será que deve basear-se no «chão» do seu passado, construir um sentimento nacional, e desfraldar esta reivindicação espiritual e cultural perante a personalidade colonialista? Mas para fazer parte de uma civilização moderna, é necessário ao mesmo tempo entrar num mundo da racionalidade científica, técnica e política. Este é o paradoxo: como tornar-se moderno e voltar à fonte; como reviver uma civilização velha e dormente e fazer parte da civilização universal.

Esse paradoxo e essa dialéctica, estamos convencidos de que não se aplicam no caso do memorial Amilcar Cabral. A obra e o pensamento do pai da independência de Cabo Verde, são parte da cultura e de lutas modernas que se integram perfeitamente na universalidade do mundo actual. A figura de Amilcar Cabral, não precisa de nenhum exagero. Ele é mundialmente conhecido como uma das figuras africanas mais proeminentes do século XX. A medalha de maior distinção para os actores da Hollywood afro-americano leva o nome de Amilcar Cabral. Mas sobretudo porque o memorial Amilcar Cabral é um espaço social da nação caboverdiana.

As recentes propostas arquitectónicas para a várzea do Taiti a serem materializadas serão uma das maiores agressões feitas à nossa capital do ponto de vista ambiental, de descontextualização funcional, de desrespeitoso ao valor histórico do sítio e perturbador num enquadramento urbano. Tamanha agressividade só tem paralelo na ocupação da Praia Negra pela fabrica Ceris de cerveja.

De ponto de vista urbano a função da pretendida edificação não é contextual a de um parque verde natural e contribuiria para retirar à cidade da Praia o que mais precisa para o seu melhoramento: espaços abertos e áreas verdes. E aos praienses o sonho de ter Taiti como um parque verde, tipo Central Park em Nova York, à nossa dimensão. No Central Park não se construiu absolutamente nada que não fossem infraestruturas de um parque verde e recreativo num ambiente da mais alta competitividade em solo urbano. Será que somos menos de que os outros? Será que a liderança deste país não se apercebe do valor e da necessidade da qualidade de espaços públicos numa cidade?

Numa perspectiva de um puro exercício mental, a orientação e a escala da proposta do tal edifício foram tiros no escuro. Do ponto de vista visual e de ventilação seria uma gigantesca barreira no meio do Taiti. O tráfego já caótico no meio da cidade iria ser exacerbado por um aumento de número de veículos que viriam com a tal construção. A sua função, escala e proximidade ao memorial Amílcar Cabral, iriam esmagar a importância de um monumento histórico principal da cidade capital do país. Comparativamente a tal proposta tem uma largura que vai do passeio da firma Luso-Africa ao passeio da Finícia e um comprimento que vai do passeio da Praça de Grande ao passeio da Praça da Escola Grande e sua altura é de onze pisos. O memorial Amilcar Cabral não foi concebido como uma obra para ficar escondida e nem abafada. Antes pelo contrário. E para que essa visibilidade se efective a mesma deve ser articulada por um eixo pedonal que permite sua observação por pessoas que aproximam em sua direcção. E esse eixo de aproximação, para que tenha um valor intencional de qualidade só poderá ser realizado no eixo este-oeste a partir do centro do Taiti. A inserção do tal edifício nesse lote eliminava essa possibilidade e colocava o memorial à margem do parque verde do Taiti para o qual foi concebido. E isso, seria um sacrilégio. Devemos ter presentes que a ocupação do Taiti por semelhante construção, faria o que as construções à frente do Palácio do Governo acabaram por fazer: destruíram o potencial do parque verde nessa área.

A Praia é praticamente desprovida de espaços públicos. A cidade não possui nenhum parque infantil. O que existia foi transformado em parque de estacionamento. Hoje a praça principal da cidade alberga equipamentos de diversão infantis que o sufocam e que são inadequados para tal jardim. Não existem espaços abertos para actividades recreativas múltiplas dos jovens. As placas desportivas são insuficientes e sem qualidade para albergar outras actividades que não sejam as desportivas. O deficit de espaços verdes é de tal ordem que se deve mobilizar tudo o que existe nesse capítulo para ser conservado e dado uma utilidade pública. E daí, a necessidade imperiosa de conservação de toda a área do Taiti para ajudar a colmatar parte desse deficit. Taiti, devidamente planificado irá permitir a criação de um jardim público e verde, com lagos artificias, com cisnes e pelicanos, áreas de jogging, de desporto, de sombra e pick-niques, de jardim infantil e áreas referenciadas sobre o seu valor histórico, que serão pequenos museus.

A qualidade de vida dos munícipes está à frente de tudo o que se deve fazer em qualquer cidade. Só haverá investimentos sérios e estruturantes se uma cidade não for uma bagunça e se tiver lugares públicos aprazíveis com segurança e estética. Nenhum turista moderno e informado visita lugares onde se sacrificam questões ambientais, áreas de criminalidade, e cidades de betões.

Entretanto, nota-se que o desenvolvimento da cidade tem sido comprometido com uma política de ocupação irracional de áreas públicas e com um alinhamento por baixo. Os custos

sociais dessa política serão desastrosas. Os fenómenos sociais de delinquência que se afluíram nos nossos bairros não estão alheios à desorganização urbana e ao deficit de espaços públicos. Paulatinamente, a cidade da Praia tem perdido áreas abertas e os espaços públicos que possuía em todos os bairros. Daí a necessidade de estancarmos essa hemorragia.

O parque natural do Taiti é um dos sítios de Cabo Verde com maior riqueza histórica. Foi aí, no fontenário conhecido por Fontena, onde houve o levantamento dos escravos contra o sistema colonial, na noite de 6 de Dezembro de 1835, sob o comando de Narciso que terminou tragicamente com a condenação à morte de três dos seus cabecilhas. Foi no Taiti que o tubérculo descoberto em Perú que hoje o é denominado de batata teria sido cultivado num campo experimental antes de ser levado à Europa onde teve um impacto de capital importância na estabilização de produção de alimentos e na dieta alimentar dos europeus. Foi em Taiti onde foram estabelecidas uma das principais sedes administrativas da Companhia de Grão Pará e Maranhão em 1755, um dos seus postos mais importantes de mercadorias que incluía escravos. Como uma vez me disse um intelectual caboverdiano, Taiti valoriza Cabo Verde e o liga à história internacional e ao mundo.

Recuos de significado histórico inadmissíveis aconteceram já nessa área do Taiti. O sítio do Desastre de Assistência que assume um significado de uma trauma nacional e que simboliza as fomes cíclicas em que foi votado o povo de Cabo Verde no tempo colonial, e que contribuiu para a mobilização de muitos nacionalistas para a luta contra o colonialismo português tem um significado ímpar na nossa história. O edifício do Cabo Verde Telecom, que poderia ser construído em qualquer outro bairro, foi ocupar esse sítio de memória. Ainda não satisfeitos com isso, a rua adjacente que se dava pelo nome da Rua do Desastre de Assistência foi mudado pela rua da Cabo Verde Telecom. Será que se deve aceitar estas incursões em áreas sensíveis da história de Cabo Verde e que se apaguem essas memórias a fim de se estabelecer uma amnésia geral que incomoda a certos? O espaço verde e histórico do Taiti apesar do facto de não ter sido objecto de um plano urbanístico específico não poderá ficar à mercê de quem dá mais.

Hoje volvidos trinta e cinco anos após a libertação dos presos políticos do Tarrafal e trinta e quatro anos após a independência nacional, a sociedade civil, se junta para debater a validade ou não de um parque verde que os nossos antepassados tiveram a coragem, dignidade e visão de atribuir-lhe a funcionalidade de um Jardim Botânico. De facto, lutamos para defender uma parcela de terra caboverdiana, um espaço verde na capital do país que ainda sobra após várias ocupações inadequadas nessa várzea. E isso não está alheio à forma como as autoridades promoveram vendas indiscriminadas de parcelas a estrangeiros, o que é proibitivo num país tão pequeno, e que não é praticado em outros que são centenas de vezes maiores e que procuram agressivamente o investimento externo.

Não é nossa intenção por em causa o desenvolvimento do turismo, pois é uma das poucas vantagens comparativas de que beneficia o país. Entretanto, é sabido que a venda de terrenos para fazer turismo sobretudo a estrangeiros, é desnecessário e inapropriado.

Numa perspectiva de se salvaguardar um desenvolvimento urbano, minimamente aceitável, a cidade da Praia terá que rapidamente definir os espaços públicos para que possam ser defendidos como tais. Em países organizados, os espaços verdes, as orlas marítimas e as extremidades das falésias do ponto de vista da ciência urbana são consideradas públicas. Todos os bairros devem ser dotados de jardins e outras áreas verdes. Esses é que serão por excelência os espaços de convivência social e de democracia com profundas repercussões na mente dos cidadãos.

A racionalidade da organização dos processos urbanísticos, estabelecem uma hierarquia de intervenção para que os interesses públicos sejam salvaguardados em primeiro lugar. São os planos urbanísticos aprovados pelos municípios, depois de consulta pública que deverão dar início a um desenvolvimento de qualquer parcela territorial. No entanto assiste-se, que na ausência de planos, como o presente caso do Taiti nos mostra, iniciativas provenientes de investidores impuseram-se de forma unilateral, sem que haja a salvaguarda dos interesses públicos e assim pretendem ser casos factuais.

A democracia não foi instituída para funcionar unicamente nos dias de votação. Aqui nos deparamos que no seu intervalo está-se a mercê de decisões não suficientemente socializadas quanto mais sufragadas e que nos são impostas pelas autoridades.

Há uma tendência nefasta na ocupação do solo urbano na cidade da Praia que é preciso inverter-se. Trata-se de intervenções urbanísticas no centro da cidade já construído e consolidado que tem destruído os espaços abertos e verdes particularmente nas várzeas do Taiti e da Praia Negra. A parte oeste do Taiti, o da Chã d' Areia até ao Estádio da Várzea foi totalmente ocupada, sufocando a artéria principal da cidade, Avenida Cidade de Lisboa, subtraindo um potencial parque verde natural e bloqueando uma das melhores vistas panorâmicas da baía da Praia inclusive ao Palácio do Governo. Basta que se compare o número de pessoas que irão ocupar esses apartamentos e escritórios e que por consequência irão beneficiar dessa vista com os que ficaram privadas dela, não somente os moradores a norte da Avenida Cidade de Lisboa, mas os milhares de transeuntes que diariamente circulam da rotunda da Terra Branca via Chã de Areia. Essa ocupação irracional, porque feita à custa de destruição de parques verdes potenciais e de panoramas naturais, contribuem para uma densificação do tráfego, numa cidade com deficit enormes em vias e parques de estacionamento. Como defendemos há já alguns meses no jornal «A Semana» a edificação pretendida ao lado do memorial Amilcar Cabral, é uma tremenda ousadia de falta de respeito, à história de Cabo Verde e de subestimação dos Caboverdianos e sobretudo dos praienses.

Haveria semelhante reciprocidade a um caboverdiano numa capital de um país europeu? Essa ousadia por si só, confronta com nosso orgulho nacional, e evidencia a situação neo-colonial a que nos sujeitamos sob a capa de certos investimento externo.

É sabido que o município da Praia não é proprietário de todos os terrenos dentro dos limites territoriais sob a sua alçada, mas porém é autoridade que aprova todas as edificações urbanas dentro do respectivo perímetro. Entretanto, a câmara tem se confrontado e cedido em proposta, outras cujos processos se iniciaram com a edilidade anterior, porque não tem assumido iniciativa de confrontar essas heranças e de colocar-se como órgão de planificação urbana, como o primeiro proponente de organização de espaços urbanos. A continuar esta tendência, o que se iniciou em Quebra Canela junto à ribeira do Palmarejo poderá ser simplesmente uma ponta do iceberg. Os cidadãos precisam ser informados atempadamente de todo os empreendimentos de envergadura propostos para a cidade para que possa opinar sobre os mesmos. Assim exigem as regras de democracia.

Sabido de que existe uma enorme disparidade entre os desafios urbanísticos e os recursos disponíveis à essa câmara, e em vez de uma sintonia governo-câmara, para defesa intransigente dos interesses públicos, nota-se a falta de diálogo cooperativo e ausência de disponibilização de meios financeiros adequados para que a câmara possa exercer uma liderança de qualidade.

A cidade da Praia conta com dezenas de arquitectos, urbanistas e ambientalistas que se encontram organizados em instituições de carácter públicas, tendo como um dos objectivos participar juntamente com as autoridades estatais, municipais e outras associações de carácter civil, na defesa da qualidade dos espaços urbanos. É absolutamente necessária que se aproveite dessa sinergia potencial à volta das grandes decisões para o desenvolvimento da cidade.

Como resolver interesses competitivos e às vezes antagónicos (comercial versus contemplação, multinacional versus capital nacional, negócios versus residências, e sobretudo privados versus públicos) é finalmente o que irá definir a qualidade de governação e o estatuto de desenvolvimento que o país possui. Uma verdade actual inegável é que os países mais democráticos e desenvolvidos, são os que melhor defendem o interesse público dos seus cidadãos. A democracia na área de desenvolvimento urbano terá que ser mais ágil sob o perigo de ver o seu papel diminuir significativamente.

Independentemente da necessidade urgente de uma clara definição de ocupação e de desenvolvimento de solo urbano da capital do país, estamos certos de um facto. Somos afortunados pelo facto de que o Taiti ainda existe e por termos um memorial de Amilcar Cabral para grandeza do nosso país, como parte da nossa herança nacional.

Pedro Martins
Arquitecto
Praia, 10/08/2009

ⁱ Pierre Nora «Entre a Memória e a História»

ⁱⁱ Benedict Anderson «Comunidades Imaginadas», Bhabha «Nações e Narrativas», Sommer «Fundação das Ficções».